



PODER

# Um nome de extrema confiança na Justiça

Wellington Lima e Silva conta com total respaldo de Lula. Ele deixa a Petrobras e sucede Ricardo Lewandowski. Novo ministro tem batalhas políticas ferozes contra o bolsonarismo na Câmara, como a PEC da Segurança e o PL Antifacção, além do PL da Dosimetria

» IAGO MAC CORD  
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA  
» VICTOR CORREIA  
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, ontem, o advogado-geral da Petrobras, Wellington Cesar Lima e Silva, como novo ministro da Justiça e Segurança Pública. Ele substitui o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que deixou o cargo na semana passada. O anúncio foi feito depois de uma reunião no Palácio do Planalto, que contou com a presença do ministro interino da pasta, Manoel Carlos de Almeida. A nomeação já foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*.

O novo ministro é considerado um jurista muito respeitado e, juntamente com o advogado-geral da União, Jorge Messias — indicado pelo presidente para a 11ª cadeira do STF —, homem da extrema confiança de Lula. Não é a primeira vez que Lima e Silva está à frente do Ministério da Justiça: em 2016, no governo da ex-presidente Dilma Rouseff, ele ficou apenas 11 dias no cargo, depois de o STF considerar inconstitucional que um integrante do Ministério Público exercesse cargo no Poder Executivo. Ele optou por continuar no MP da Bahia e abriu a vaga para a indicação do jurista e professor Eugênio Aragão.

À frente do MJSP, o objetivo de Lima e Silva é dar ênfase à área da segurança pública, setor que atualmente ganha protagonismo devido ao avanço do crime organizado e às disputas entre facções. Um dos seus objetivos é o de aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança nos moldes que foi remetida pelo Palácio do Planalto ao Congresso. Porém, mesmo no governo há dúvidas se vale a pena investir tanto esforço — e correr o risco de colher um desgaste proporcional num ano eleitoral — na matéria. Isso porque

o bolsonarismo pretende barrar qualquer iniciativa de se alterar a PEC e mesmo o relator, deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), considera que não há mais nada a negociar no substitutivo.

A escolha de Lima e Silva sinaliza, ainda, que o governo deve abandonar a ideia de desmembrar o ministério para criar uma pasta exclusiva para segurança pública. Ele tem apoio dos ministros palacianos Rui Costa (Casa Civil) e Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social), e do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) — todos da Bahia.

Natural de Salvador, Lima e Silva foi procurador-geral de Justiça da Bahia por dois mandatos consecutivos (2010-2014). À época, o estado era governado pelo atual líder do governo no Senado. Os quatro anos na função de procurador-geral fizeram com que ele fosse indicado ao comando da pasta da Justiça no governo Dilma.

O nome de Lima e Silva vinha sendo ventilado, embora com menos intensidade, desde que Lewandowski anunciou a saída do ministério. Vinha, porém, correndo por fora, enquanto se falava que Andrei Passos Rodrigues (diretor-geral da PF), Camilo Santana (ministro da Educação) e Tarso Genro (ministro da Justiça no segundo governo Lula) estavam entre os principais cotados para o posto.

No atual mandato do governo Lula, Lima e Silva atuou como secretário de Assuntos Jurídicos da Casa Civil — função atualmente preenchida por Marcelo Weick. Ao deixar o posto, no ano passado, foi indicado por Lula para assumir a Advocacia-Geral da Petrobras. Ele é considerado um profissional com profundo conhecimento, mas de perfil discreto.

Lima e Silva tem como tarefas pela frente, além da PEC da Segurança Pública, a aprovação do PL Antifacção (PL 5.582/25) conforme as modificações realizadas no Senado — voltou para a Câmara

Valter Campanato/Agência Brasil



Lima e Silva tem como padrinhos Rui Costa, Sidônio Palmeira e Jaques Wagner, todos da Bahia

exatamente por causa disso — e o PL da Dosimetria, que foi integralmente vetado por Lula e sobre o qual os bolsonaristas prometem se mobilizar para que seja mantido. Mas as tarefas não terminam aí: o novo ministro ainda terá de lidar com os pedidos de extradição dos ex-deputados Alexandre Ramagem — que fugiu para os Estados Unidos a fim de escapar da condenação, pelo STF, por fazer parte do grupo que tentou dar um golpe de Estado depois das eleições de 2022 — e Carla Zambelli — presa na Penitenciária de Rebibbia, em Roma, depois que também fugiu para não cumprir pena por reiteradas invasões aos sistemas de dados do Poder Judiciário.

## De saída

Enquanto Lima e Silva chega, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, está de saída. Ele anunciou, ontem, que deixará o comando da pasta em abril para se dedicar integralmente à pré-candidatura ao Senado por Pernambuco. Ele frisou que a decisão é resultado de um processo de amadurecimento político e da avaliação positiva do seu nome nas pesquisas de intenção de voto.

“Estou trabalhando muito para cada vez mais consolidar a nossa candidatura ao Senado. Me sinto pronto e preparado para representar Pernambuco no Senado”, afirmou.

Apesar do otimismo, Costa Filho ponderou que disputas majoritárias dependem de múltiplos fatores. Ainda assim, destacou a proximidade com Lula e o incentivo recebido para a candidatura. “Tenho conversado com o presidente, que, cada vez mais, tem me estimulado a disputar o Senado porque ele sabe que sempre procurei fazer política com decência, lealdade e correção. Vamos juntos, ao lado do presidente, continuar trabalhando muito nos próximos anos pelo futuro do nosso estado”, garantiu.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Enforcamento pode ser catalisador da derrubada do regime iraniano

A execução do jovem Erfan Solta-ni, 26 anos, na força, hoje, sob acusação de terrorismo, pelo regime do aiatolá Ali Khamenei, 86, tem potencial para piorar a mais grave crise enfrentada pela República Islâmica desde 1979. A morte de um manifestante não é novidade na longa história de repressão do Estado teocrático iraniano. Mas há momentos em que um único corpo, pendurado em praça pública, condensa o medo, a indignação e a ruptura moral de uma sociedade que já não aceita ser governada pela combinação da moralidade religiosa, vigilância militar e miséria econômica.

É por isso que a morte de Erfan pode operar como catalisador de mais manifestações populares e, também, de uma reação internacional mais dura, com repercussões econômicas e diplomáticas que ultrapassem o Oriente Médio e

atingem diretamente países como o Brasil. Não está descartada uma intervenção militar norte-americana mais letal do que o bombardeio das instalações nucleares iranianas, durante a guerra de Gaza, com apoio dos agentes do Mossad, o serviço secreto de Israel, especialista em execuções de seus inimigos.

O regime iraniano adotou a receita mais vulgar das ditaduras em crise: tenta vencer a rua com o terrorismo de Estado. A execução pública é um ritual de intimidação que busca rebaixar a política ao instinto de sobrevivência. Serve para dizer ao povo que o preço da liberdade é a força. O problema, historicamente, é o medo virar fúria coletiva, tendo a vítima como mártir e sua execução como a energia social para a derrubada do regime.

Inflação elevada, moeda em colapso, sanções econômicas,

corrupção endêmica, revolta popular contra rígidos códigos morais impostos pelo clero. A crise começou com uma greve de comerciantes afetados pela desvalorização da moeda e pela carestia. O governo fez promessas de diálogo, reconhecimento parcial de demandas e até um subsídio modesto. Entretanto, a sociedade concluiu que o problema não é a carestia, mas o regime.

Entretanto, a República Islâmica está disposta a matar em massa para permanecer viva. O uso do conceito jurídico-religioso de “guerra contra Deus” contra os manifestantes é um dogma do Estado teocrático: o regime tenta retirar dos manifestantes qualquer direito e justifica os assassinatos como missão divina. O Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, que controla setores estratégicos da economia, da política e da segurança, continua ligado

ao regime por interesse, ideologia e autopreservação. Tem força suficiente para manter o controle do país, mas não se houver uma intervenção militar externa.

Quando os custos de manter o sistema superam os benefícios de protegê-lo, surgem divisões e rachas internos. E as negociações secretas com os inimigos começam a ocorrer, como aconteceu na Venezuela, após o sequestro de Nicolás Maduro por forças especiais norte-americanas. Se de fato ocorrer, a execução de Erfan será um divisor de águas: ou intimida a sociedade e esfria os protestos ou inflama ainda mais o país e a mobilização cresce até se tornar irreversível.

## Efeito persa

A crise iraniana não é um episódio isolado. A recente guerra de Gaza e as pressões dos Estados Unidos fragilizaram o regime. Com as mobilizações, Donald Trump ganhou uma oportunidade. A antiga Pérsia ocupa um papel estratégico na Ásia Ocidental. Tem fronteiras a norte com Armênia, Azerbaijão e

Turcomenistão, e com o Cazaquistão e a Rússia por meio do Mar Cáspio; a leste, com o Afeganistão e o Paquistão; ao sul, com o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã; a oeste com o Iraque; e a noroeste com a Turquia. Com 1,648 milhão km², é a segunda maior nação do Oriente Médio, com mais de 92 milhões de habitantes.

Como em outros episódios, Trump promove um espetáculo, no qual o adversário deve ser exposto, cercado, asfixiado e humilhado diante do próprio povo e da comunidade internacional. Pediu que a população iraniana “mantenha as manifestações” e prometeu “ajuda”. Não é um gesto humanitário; é uma declaração de guerra, que serve aos aliados regionais, especialmente Israel, que tem interesse objetivo em reduzir a capacidade militar e a projeção de poder iraniana no Oriente Médio. Uma intervenção externa também pode unificar a elite governante, justificar a repressão como defesa nacional e transformar manifestantes em “agentes estrangeiros” aos olhos de parte da população. A história do Oriente Médio está repleta

de revoltas legítimas esmagadas pelo patriotismo.

E o Brasil com isso? Nosso fluxo comercial com o Irã é de aproximadamente US\$ 3 bilhões. Está concentrado em setores sensíveis, sobretudo o agronegócio. O anúncio de Trump de impor tarifas de 25% a países que mantenham relações comerciais com o Teerã inaugura sanções secundárias por meio tarifa comercial, em mais uma agressão à institucionalidade do comércio mundial. O “direito de punir” não se limita a quem negocia com os EUA. Atinge quem negocia com o inimigo definido por Washington.

Historicamente, o Brasil busca autonomia na política externa e preserva o princípio do diálogo. Entretanto, cada vez mais Trump quer forçar alinhamentos. Imagens de enforcamentos, necrotérios improvisados e repressão aberta elevam o custo moral e político de manter relações “normais” com Teerã. O Brasil terá de se reposicionar no Oriente Médio. Empresas, bancos, seguradoras e operadores logísticos serão mais cautelosos.